

# A edição de traduções nos primórdios da impressão em Portugal

Mafalda Frade

## RESUMO

Pretendemos com esta investigação analisar alguns aspetos das traduções medievais portuguesas, nomeadamente no que diz respeito aos testemunhos remanescentes dessas traduções que foram objeto de impressão nos alvares da tipografia portuguesa. A este nível, procuraremos fazer uma breve reflexão sobre o aparecimento da tipografia em Portugal e o fenómeno da tradução de textos latinos, partindo depois para a análise de testemunhos remanescentes de obras que, em Quatrocentos, foram impressas sob a forma de incunábulo.

## PALAVRAS-CHAVE

Tradução; Idade Média; latim; português, incunábulo.



#### INTRODUÇÃO

grande maioria das traduções medievais portuguesas de textos latinos que chegaram até nós permaneceu sob a forma de códices manuscritos. De facto, nos alvares da tipografia portuguesa, muitos tipógrafos optaram por imprimir outro tipo de textos que não essas traduções. Contudo, alguns testemunhos remanescentes desses textos foram objeto de impressão ainda em Quatrocentos, compondo assim parte do espólio inicial de incunábulo português que até nós chegaram. É esses testemunhos que iremos analisar.

#### A TIPOGRAFIA EM PORTUGAL

##### OS PRIMÓRDIOS DA TIPOGRAFIA PORTUGUESA

Foi em meados do séc. XV que teve início a exploração industrial do sistema tipográfico de reprodução de textos inventado por Gutenberg, permitindo, a partir dessa época, a publicação alargada de livros até então compostos manualmente, em *scriptoria* ligados a mosteiros ou à Corte, num processo moroso e que não permitia a edição em larga escala. Talvez por isso, não são muitos os testemunhos remanescentes que possuímos dessa época, situação agravada, em Portugal, pelo terramoto de 1755, que provocou a destruição de obras únicas que se encontravam em Lisboa.

Com o advento do novo sistema, tudo se tornou mais fácil, dado que foi possível edição em série, o que permitiu que o livro transpusesse as fronteiras dos ambientes cultos, como mosteiros ou universidades, e passasse a estar acessível a um conjunto mais alargado de pessoas. A esta difusão aliou-se o aparecimento de novas profissões, como a de impressor, e o desenvolvimento da indústria livreira. O início da tipografia provocou assim uma revolução cultural e económica (MARQUILHAS, 1993, p. 624-625).

Em Portugal, contudo, os primeiros avanços tipográficos, desenvolvidos em localidades como Lisboa, Porto, Coimbra, Faro ou Leiria, só surgem a partir dos anos 80 de quatrocentos, o que permite aventar que, ou os primeiros exemplares produzidos no país desapareceram, ou a imprensa portuguesa teve um início tardio (sobretudo quando comparada com países como Itália, Alemanha

ou França, que, à época, já contavam com numerosas tipografias). Até ao fim do século, a produção não foi grande, abarcando cerca de duas a três dezenas de incunábulos,<sup>1</sup> situação que se mantém no princípio do séc. XVI. Parece, assim, que a produção tipográfica, sobretudo no início de Quinhentos, não alcançou de imediato uma posição de relevo, mantendo-se, pelo contrário, uma produção importante de manuscritos durante mais alguns séculos, mesmo em livrarias importantes, como as régias, a que não terá sido alheio o prestígio que esta forma de transmissão da cultura detinha (BUESCU, 1999, p. 19-23).<sup>2</sup>

#### OS PRIMEIROS EXEMPLARES IMPRESSOS

O primeiro exemplar claramente datado e impresso em Portugal de que temos conhecimento é de 1487. Trata-se do *Pentateuco*, composto em hebraico pelo judeu Samuel Gacon na sua oficina tipográfica de Faro (MARQUILHAS, 1993, p. 625). Não há certezas, contudo, de que seja o impresso mais antigo que conhecemos, pois há outro documento – o Certificado de Indulgências do Papa Inocêncio VIII – que pode ter sido impresso entre 1486 e 1493 (WILKINSON, 2010, p. XIV). Já os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa são o *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial, datado de 1488, e o *Tratado de confissão*, impresso em 1489 (MACHADO, 2012b).

Após estas edições, são inúmeras as obras que conheceram impressão. Contudo, e ao contrário de outros países, onde o Latim é a língua de publicação preferida, na península Ibérica predomina a impressão em vernáculo (português, castelhano e catalão).<sup>3</sup> De facto, à época, muitos livros em latim eram importados de outros países, concentrando-se os impressores portugueses e espanhóis na produção de livros nas línguas ibéricas (WILKINSON, 2010, p. XXIII). Tal situação não é de estranhar, se pensarmos que, tal como hoje, o processo editorial demandava muitas vezes o rendimento económico,<sup>4</sup> e que tal só poderia verificar-se se os livros impressos correspondessem aos interesses manifestados pelo público leitor que, à época, e na maioria dos casos, já não dominava o latim, pelo que a tendência terá sido a de preterir esta língua à hora da impressão. Para além disto, o editor/impressor (as duas tarefas estavam agregadas a uma

só pessoa) necessitava de fundos monetários para manter a sua atividade e só o conseguia de duas formas: ou obtendo fundos próprios, através da impressão de obras por encomenda; ou trabalhando por sua conta, imprimindo obras para vender livremente. No início, a primeira situação é a mais comum: se, em alguns casos, a oficina do impressor servia também de local para a comercialização de obras, o mais usual era que a maioria, numa fase inicial, imprimissem textos encomendados pela Igreja ou pela Casa Real, não sobrando espaço para o comércio (ANSELMO, 1991, p. 102-103, p. 111-112).

Entre esses livros encontramos duas obras que, originalmente em Latim, terão sido traduzidas para vernáculo até ao fim do séc. xv. É sobre estas obras que incidiremos a nossa investigação.

#### A TRADUÇÃO EM PORTUGAL

##### BREVE PANORAMA

No contexto linguístico-cultural do início da Idade Média, o latim era a língua franca, coexistindo com uma enorme variedade de línguas autóctones, o que provocou, durante muito tempo, a existência de um fenómeno de bilinguismo. Contudo, com a evolução linguística, a maioria da população deixou de falar latim, pelo que os textos latinos passaram a ser objeto de estudo de uma minoria populacional – o clero e a nobreza – cuja cultura era mais profunda. E mesmo nestes grupos assistiu-se, com o tempo, a uma diminuição do conhecimento da língua latina. Assim sendo, e sobretudo a partir do momento em que o latim é deixado de lado, nos documentos régios no reinado de D. Dinis, no séc. XIII, torna-se premente a necessidade de traduzir textos não apenas latinos, mas também de outras línguas,<sup>5</sup> para que não se perdesse o saber neles contido. Em Portugal, surgem então centros de tradução na sua maioria ligados ao clero – como o Mosteiro de Alcobaça ou de Santa Cruz de Coimbra – e à Corte, que impulsiona a atividade tradutória nacional sobretudo a partir da Dinastia de Avis, já no séc. xv.<sup>6</sup> É nesta altura que tem início uma prática tradutória mais sistemática de textos de línguas clássicas, levada a cabo tanto pelos príncipes de Avis como por tradutores a eles ligados, que se coaduna com o gosto pela erudição didático-moral que caracteriza a cultura da Corte ao tempo e que é responsável não apenas pela tradução de textos como o *Livro dos ofícios* de Cícero

ou a *Virtuosa benfeitoria* (com origem em Séneca), mas também pela produção de livros como o *Leal Conselheiro* ou o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, cujo carácter doutrinário é bem conhecido (FERNÁNDEZ SÁNCHEZ; SABIO PINILLA, 1998, p. 24; SIMÕES, 1993, p. 222).

Apesar de existirem notícias de traduções de textos em diversas línguas, optámos por nos concentrar apenas no estudo das que derivam do latim, não apenas por serem em maior quantidade, mas também porque estão ligadas àquela que era, na época medieval, uma língua de enorme prestígio. De facto, e como nos diz Furlan (2005, p. 24):

A postura do tradutor ao vernáculo, cujos textos de partida eram o latim [...], se diferenciava em muito daquela de quando traduzia entre línguas vernáculas. O latim tinha um valor transcendente em relação a qualquer língua vernácula; havia uma reverência pelos antepassados no sentido de romanidade e prestígio da língua de ensino e da liturgia, além dos fatores linguísticos e culturais: a formação complexa dos períodos, a riqueza das formas gramaticais, o vocabulário diferenciado, concepções e instituições estrangeiras muito distintas. Um dos lugares comuns nos comentários dos vulgarizadores era a deficiência das línguas vernáculas frente à latina, a pobreza léxica daquelas diante da abundância desta. Tudo isso exigia dos vulgarizadores uma formação cultural maior e um sério trabalho linguístico-estilístico.

#### DO MANUSCRITO AO INCUNÁBULO

As traduções medievais remanescentes de obras de línguas clássicas que até nós chegaram são em número reduzido. De facto, e embora as primeiras notícias de obras traduzidas para vernáculo remontem ao séc. XIII (sendo que a Bíblia terá sido a primeira das mesmas, talvez por intermédio de D. Dinis), é já do séc. XV a primeira obra completa traduzida que chegou até nós. Trata-se do *Livro dos Ofícios*, de Cícero, traduzido pelo Infante D. Pedro, filho de D. João I e irmão de D. Duarte.

Dessa obra, só se conhece versão manuscrita, como aliás acontece com muitas outras anteriores e da época. E se podíamos pensar que, com o aparecimento da imprensa em Portugal, no fim de Quatrocentos, muitas obras já existentes seriam impressas em larga escala, tal não acontece. De facto, dos textos já produzidos, só uma

pequena parte acaba por ser impressa<sup>7</sup> e, desse grupo, foram pouquíssimas as traduções medievais de textos latinos que os impressores editaram sob a forma de incunábulo (nome dado aos livros impressos até 1500) nos alvares do Renascimento.

As primeiras obras impressas em Portugal, como vimos, estão datadas dos anos 80 de quatrocentos e entre elas encontramos dois textos redigidos a partir de traduções de textos latinos. Trata-se do *Certificado de indulgências* do Papa Inocêncio VIII e do *Sumário das graças*, que repartem entre si a possibilidade de serem o primeiro incunábulo português conhecido (WILKINSON, 2010, p. XIV; JÜSTEN, 2006, p. 21). Para além desses dois documentos, que não podemos considerar traduções diretas, até ao fim do século só surgiram dois incunábulo ligados a traduções de textos latinos. Falamos da impressão da *Vita Christi*, de Ludolfo de Saxónia, e do *Regimento proveitoso contra a pestenença*, de Johannes Jacobi. É sobre esses textos que nos iremos debruçar, observando estas obras que, traduzidas até ao fim do séc. XV, conheceram a fortuna de pelo menos uma edição impressa que lhes permitiu atingir um público mais alargado.

#### A EDIÇÃO DE TRADUÇÕES: OS INCUNÁBULOS

As duas traduções de textos latinos referidas anteriormente não possuem o mesmo assunto. Foram, assim, impressas com fins diferentes, apresentando também motivações e características diversas que iremos analisar. Neste âmbito, teremos em conta a história do seu aparecimento, nomeadamente a nível, por exemplo, de autor e tradutor das mesmas, datas de produção e tradução, data(s) de impressão e impressor/editor, razões para a impressão, número de cópias, local de impressão, etc..

#### VIDA DE CRISTO

##### O TEXTO ORIGINAL

A *Vida de Cristo*, ou *Vita Christi*, é a tradução portuguesa da obra intitulada *Vita Domini Jesu Christi ex quatuor evangeliiis* ou *Meditationes Iesus Christi*, redigida possivelmente na Mongúcia, em latim, no séc. XIV. O seu autor, conhecido por Ludolfo da Saxónia (por ter nascido, em finais do séc. XIII, na Saxónia, falecendo em 1377/

1378 em Estrasburgo), pertenceu à Ordem dos Frades Pregadores e elaborou várias obras religiosas. Entre elas, encontra-se esta, que conheceu um enorme êxito a partir do séc. xv, tendo sido traduzida em diversas línguas (como português, espanhol, italiano ou francês). De facto, são inúmeras as versões remanescentes que se conservam, sendo que as primeiras que se conhecem remontam às edições de Estrasburgo e Colónia (de 1474) e as últimas terão tido origem em Paris (1865 e 1878),<sup>8</sup> num total de, pelo menos, 88 edições (CONWAY, 1976, p. 2).

Um dos testemunhos impressos – da Biblioteca Estatal da Baviera – encontra-se *online*.<sup>9</sup> Outras cópias encontram-se na British Library,<sup>10</sup> na Biblioteca comunale dell'Archiginnasio (Bolonha),<sup>11</sup> na Biblioteca Nacional da Holanda (Koninklijke Bibliotheek)<sup>12</sup> e na Biblioteca da Universidade de Sevilha<sup>13</sup>.

Nessa obra, narra-se a vida de Jesus Cristo, recorrendo-se a informação contida nos quatro Evangelhos bíblicos e a comentários de padres da Igreja e escolásticos. O texto colige ainda meditações de ordem moral e dogmática do autor, que assim concorre para aprofundar o movimento da *deuotio moderna*, corrente espiritual que advogava a importância da vida comunitária, de meditação e trabalho manual (sobretudo relacionado com a cópia de livros) e que influenciou a vida espiritual de vários países, incluindo Portugal (LORENZO, 1993, p. 684; NASCIMENTO, 2001, p. 126-128).

#### O TEXTO PORTUGUÊS: MANUSCRITOS E CÓPIAS IMPRESSAS

A partir da análise dos diferentes dados presentes nos exemplares remanescentes, manuscritos ou impressos, é possível desvendar a história da tradução medieval portuguesa obra.

Assim, e de acordo com informações do incunábulo de 1495 (fólio 185v), temos indicações de que a tradução terá tido origem num pedido da princesa D. Isabel, esposa do Infante D. Pedro (irmão do rei D. Duarte), sendo que a primeira parte da tradução da obra ocorreu antes de 1445,<sup>14</sup> tendo sido concluída provavelmente em 1446.

Já a autoria da tradução não é tão certa. Segundo a tradição, remonta a frei Nicolau Vieira, abade de Maceira Dão, que se terá ocupado dos seis cadernos iniciais da obra. O trabalho terá depois sido atribuído a Frei Bernardo de Alcobça (inicialmente por Frei

Estêvão de Aguiar e depois por D. Gonçalo de Ferreira, eleito abade após a morte de frei Estêvão, em 1446), que concluiu a tradução provavelmente em 1446, conforme consta do códice alcobacense CCLXXXI/453 (LORENZO, 1993, p. 684-686).

Esses dados, contudo, não são consensuais. De facto, segundo Aires do Nascimento (2001, p. 130-138), e de acordo com uma análise comparativa dos códices alcobacenses e ao incunábulo de 1495, o mais provável é que a tradução se tenha devido ao rei D. Duarte ou a alguém próximo do seu círculo. Segundo esta teoria, frei Bernardo terá sido apenas o copista de uma tradução pré-existente, cujo original terá sido transferido da corte para Alcobaça provavelmente por D. Estêvão de Aguiar, que foi esmoler-mor ao tempo em que o Infante D. Pedro era regente do reino. Isso significa, segundo este ponto de vista, que os códices alcobacenses que conhecemos são cópia de uma tradução mais antiga, que se relaciona com os fragmentos de Évora, depois de analisadas as suas marcas linguísticas (NASCIMENTO, 2001, p. 139-141).

Apesar dessas dúvidas, é inequívoco que a obra conheceu bastante sucesso tanto na sua forma manuscrita como na sua forma impressa, dada a quantidade de testemunhos remanescentes que chegaram até nós. De facto, existem inúmeras cópias de ambos os tipos em Português.

A nível dos testemunhos manuscritos, conhecemos a existência de exemplares em vários pontos do país e estrangeiro. Assim,

- a) na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) existem quatro códices alcobacenses: n.º CCLXXIX/451 (primeira metade do séc. XV, conserva a primeira parte da tradução); n.º CCLXXX/452 (primeira metade do séc. XV); n.º CCLXXXI/453 (primeira metade do séc. XV, engloba a quarta e última parte da obra); n.º CDLXXVII/219 (cópia de fins do séc. XV);
- b) ainda na BNP, encontram-se fragmentos de um códice que incluía a primeira parte da tradução (COD. 7754, Olim v.3-26);
- c) na Torre do Tombo (Casa Forte, 33) existe um códice de Lervão, cópia da primeira parte da tradução (existente no códice alcobacense CCLXXIX/451 da BNP e que provavelmente será da primeira metade do séc. XV);
- d) no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça foram recentemente encontrados<sup>15</sup> dois fólios com um fragmento do capítulo 10 (Pergaminhos não datados, 1) de finais do séc. XV;

- e) na Biblioteca Pública de Évora encontram-se dois fragmentos (Fragmentos, pasta 4, números 3 e 4, que correspondem aos capítulos 43, 44 e 46 do livro I) cuja data não é certa, ainda que alguns os datem aproximadamente de 1450;
- f) na Bibliothèqu Nationale de France [Richelieu] (Fonds Portugais, 5), há um testemunho parcial (correspondente aos fólhos 81r-82r) que está reproduzido no capítulo 87 do Leal Conselheiro. Esse texto aproxima-se aos fragmentos de Évora.

Relativamente à existência de incunábulos, sabemos que em português existe um, encomendado por D. Leonor, mulher de D. João II (tal como se refere no fólho 2v desse mesmo incunábulo).<sup>16</sup> Datado de 1495, foi impresso entre 14 de maio e 20 de novembro desse ano, por Valentim Fernandes ou Valentim de Morávia, coadjuvado por Nicolau de Saxónia, em Lisboa. A impressão foi objeto de um particular cuidado, usando-se papel e caracteres tipográficos estrangeiros e de alta qualidade. O texto terá sido composto a partir da tradução medieval, revista sob a alçada de Frei André, frade do mosteiro de São Francisco de Xabregas, que terá procedido a uma atualização moderada da linguagem do texto original (ANSELMO, 1997, p. 62), como consta do fólho 3r.

Desse incunábulo, e ainda que não saibamos ao certo quantos exemplares foram impressos, existem inúmeras cópias, o que não é de estranhar, se tivermos em consideração que a imprensa permitia uma divulgação maior dos textos e que a obra foi bastante popular no seu tempo. Essas cópias estão espalhadas por vários locais, tanto em Portugal como no estrangeiro, não estando todas completas.

Em Portugal, encontram-se as seguintes cópias:

- a) na BNP, existem mais de trinta incunábulos com o texto, estando quatro deles - Inc. 1541, Inc. 1542, Inc. 1543, Inc. 1544 – disponíveis *online*. Os restantes incunábulos apresentam as seguintes cotas: 553(1), 553(2), 554(1), 554(2), 555(1), 555(2), 556, 557, 558, 559, 560, 561(1), 561(2), 562, 563, 564, 565(1), 565(2), 565 (3), 566(1), 566(2), 567(1), 567(2), 568, 569, 570, 1545, 1546, 1547, 1548;
- b) na Biblioteca Pública Municipal do Porto, há quatro exemplares: Inc. 145(1), Inc. 145(2), Inc. 145 (3), Inc. 145 (4);
- c) na Biblioteca Municipal Dom Miguel da Silva, em Viseu, há dois exemplares: Inc. 26-II-13(1) e Inc. 26-II-13(2);
- d) na Biblioteca Pública de Évora há quatro exemplares: Inc. 182(1),

- Inc. 182(2), Inc. 183 (1), Inc. 183 (2);
- e) no Museu de Arte Sacra de Santa Maria de Arouca, em Arouca, há um exemplar: Inc. 3;
  - f) na Biblioteca da Casa de Bragança (Vila Viçosa), há quatro exemplares: 8, 9, 10, 11;
  - g) na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra há três exemplares: R-67-1, R-67-2, R-67-3;
  - h) na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa há quatro exemplares: Res. 120 [ULFL0368361], Res. 121 (1) [ULFL036837], Res. 121 (2) [ULFL036837], Res. 122 [ULFL036838];
  - i) na Universidade do Minho, Biblioteca Pública, em Braga, há três exemplares: Inc. 40 (1), Inc. 40 (2) e Inc. 41.

Fora do país, existem também várias cópias:

- a) na Bélgica, existe um exemplar em coleção particular;<sup>17</sup>
- b) em São Marino, na Henry Huntington Library, existem quatro exemplares: 82958(1), 82958(2), 82958(3) e 82958 (4);
- c) na British Library, temos notícia da existência de um incunábulo: IC. 56659;
- d) em Oxford, na coleção de James P.R. Lyell, existem exemplares com a terceira e quarta partes do texto;<sup>18</sup>
- e) em Cambridge, na Universidade de Harvard (Houghton Library), há um exemplar: Inc. 9838.50 F\*;
- f) em Berkeley, na Universidade da Califórnia, existem dois exemplares: f IP6 I4 F3 1495L VAULT (1) e (2).<sup>19</sup>
- g) em Nova Iorque, na Morgan Library & Museum, há também notícias da existência do texto: ChL 1850A, Olim PML 48843 e Olim ff 1850 A [1].

Por aqui é possível aferir a enorme popularidade que granjeou o texto que chegou a ser considerado o primeiro incunábulo produzido em Portugal. E, ainda que na realidade não o seja, como vimos, tal facto não lhe retira importância. Na verdade, e dada a sua riqueza textual, a *Vita Christi* continua hoje a ser uma obra profusamente estudada nas mais variadas vertentes, tendo sido já objeto de edições críticas e fac-similadas (parciais ou integrais)<sup>20</sup> e estudos<sup>21</sup> que procuram não apenas contribuir para um melhor conhecimento do texto, mas também da cultura envolvente.

## REGIMENTO PROVEITOSO CONTRA A PESTENENÇA

## O TEXTO ORIGINAL

O *Regimento proveitoso contra a pestenença* é a tradução portuguesa da obra *Regimen contra epidemiam siue pestem*, que também conhecemos pelo título *Regimen Pestilentiae*, e terá sido redigido em latim, no séc. XIV, época em que a peste negra grassava pela Europa (MACHADO, 2004, 21-22; 2012a, 13). O seu autor foi Johannes Jacobi, cuja data e local de nascimento não conhecemos, ainda que se avenge que possa ser originário da Provença ou da Catalunha (ROQUE, 1979, p. 271-274). Médico de profissão, foi responsável pela saúde do papa Urbano V e do rei Carlos V de França, entre outras personalidades, e exerceu medicina em Montpellier, vindo a falecer em 1384, ano em que deixamos de ter notícias suas, sendo o lugar que ocupava na Faculdade de Medicina dessa cidade atribuído a outro (ROQUE, 1979, p. 279-282). Para além da obra em estudo, é considerado autor de outras: *Secretarium practicae medicine* ou *Thesaurum medicinae*; *De calculo* ou *Tractatus de calculi in vesica*; *Recepte super quarto canonis avicenne de febribus*; *De sterilitate* e *Tractatus ad anatomicam compositionem oculorum intelligendam*. A essas obras, acrescem duas traduções: *Libre de la figura del uyl* e *Rubrica de les letres que Galien Trames a coris el maestre de les malaties dels uyls e de les cures* (ROQUE, 1979, p. 285-287 e MACHADO, 2004, p. 21).

Apesar do consenso relativamente à autoria da obra em estudo, há dúvidas sobre se não terá existido um coautor, referido bastas vezes em inúmeros exemplares. Falamos de um bispo, surge como D. Raminto), cuja existência não é certa: alguns supõem que se trata de uma personagem inventada cuja posição eclesiástica servia para dar mais autoridade ao texto (MACHADO, 2004, p. 21; 2012, p. 13; SILVA, 2010, p. 3; JORGE, 1935, p. 4); outros consideram plausível a sua existência: Roque (1979, p. 295-302), por exemplo, admite a hipótese de esta personagem ser Benedictus III Canuti, um bispo da cidade sueca de Arosia (também conhecida por Arosen, Westrosia ou Westeras). Essa hipótese tem em consideração que algumas referências do texto latino em relação a este bispo – como, por exemplo, “...*dn̄i kamiti epi arusie ciuitatis regni dacie...*”<sup>22</sup> (indicação constante do frontispício de vários testemunhos) – podem não estar totalmente corretas.

E, facto, a Dácia é uma região cuja localização é discutida,

podendo, entre outras hipóteses ser o nome dado algumas vezes à região da Dânia, na Dinamarca. Ora, este país, à época do bispo em questão, estava sob a alçada da rainha da Dinamarca juntamente com a Suécia e a Noruega. Assim sendo, Arosia seria uma cidade do reino da Dácia se entendermos que Dácia não se refere exclusivamente à Dinamarca, mas ao conjunto de países que, com ela, constituía, à época, uma unidade política.

Para além disto, sabemos que em Vesteras, outro nome dado a Arosia, houve um surto de peste no ano em que este bispo terá eventualmente escrito o tratado que lhe é atribuído (1461) e que este é praticamente idêntico ao tratado original de Jacobi, com algumas amputações e acrescentos que são de difícil determinação. Certo é que, nos textos atribuídos a este bispo, não figura o nome de Jacobi, apesar de, a ter-se verificado a elaboração de um texto por Canuto, a sua obra ter sido vastamente utilizada.<sup>23</sup>

Essa utilização não nos surpreende se tivermos em conta que Jacobi, na sua obra, descreve toda a sintomatologia e tratamentos necessários para afastar as pestes que entre os séc. XIV e XVI grassaram pela Europa. Trata-se, então, de um texto que se insere na tradição das obras medievais ligadas à literatura epidemiológica, destinadas a informar o público sobre a prevenção de doenças e as regras de higiene (COSTA E SOUSA, 2005, p. 842; JORGE, 1935, p. 5). Essas obras, que conheceram uma fase de grande prosperidade, circulando de mão em mão e integrando bibliotecas de religiosos, nobres, boticários, etc., eram por vezes encomendadas por reis e príncipes (que procuravam promover a higiene e estabelecer normas para isolar doentes) ou escritas pelos próprios. D. Duarte é disso exemplo: não só encomendou obras desse tipo, como deu conselhos, na obra *Leal Conselheiro*, sobre os cuidados a ter com o estômago (SILVA, 2010, p. 1-2).

Dado o interesse público do assunto, este tipo de opúsculos médicos teve uma grande divulgação. A popularidade do texto em estudo, que foi considerado o tratado sobre a peste mais vulgarizado na Idade Média, fez com que fosse impresso inúmeras vezes e em inúmeras línguas (ROQUE, 1979, p. 287-294, p. 302-304), em folhetos de poucas páginas que circularam de mão em mão, o que ajuda a explicar a razão pela qual poucos testemunhos subsistem. Esta vulgarização do texto trouxe alguns problemas: de facto, nem os manuscritos da obra nem as edições impressas apresentam um texto

igual. E, embora na maioria dos casos as diferenças existentes não sejam substanciais, chega a haver variantes em prosa e em verso. Tal situação prejudica, por exemplo, a definição do texto original, que é quase impossível de descobrir.

No total, Roque (*ibidem*) enumera pelo menos quarenta edições impressas em várias línguas: latim (29), francês (7), inglês (3) e português (1), sendo que o local de impressão varia: Colónia (11), Paris (9), Antuérpia (8), Leipzig (3), Londres (3) e Augsburg, Besançon, Friburgo, Lyon, Nuremberga e Lisboa (1 exemplar em cada). Esses exemplares dividem-se em dois grandes grupos, um em que o texto surge isolado (impressões em latim, inglês, francês e português, com ou sem referência ao autor) e outro em que surge integrado em impressões de textos latinos: *Regimen sanitatis per circulum anni ualde utile*, *Regimen sanitatis salernitanum*, *Documenta aristotelis* (ou *Secreta secretorum*) e *Albertus Magnus*.

Alguns testemunhos impressos encontram-se na Universidade de Oxford (Bodleian Libraries) – Bod-Inc: J-001 –, na Wellcome Library, Londres (biblioteca destinada à história da medicina) – Closed stores EPB Incunabula 3.b.20 (SR), Closed stores EPB Incunabula 5.b.28 (SR); Closed stores EPB Incunabula 2.b.24 (SR) – e na Biblioteca Nacional de França – lat. 11229 e lat. 7106.

Outras cópias, passíveis de serem visualizadas *online*, existem na Universidade Complutense de Madrid (com a cota BH INC M-2(2), encontra-se na Biblioteca digital Dioscórides)<sup>24</sup> e na Universidade de Glasgow (com a cota ISTC ij00003500).<sup>25</sup>

#### O TEXTO PORTUGUÊS: MANUSCRITOS E CÓPIAS IMPRESSAS

O *Regimento proveitoso contra a pestenença* é, até hoje, a primeira sobre medicina impressa em português e constitui, juntamente com uma outra, denominada *Modus curandi cum balsamo* (impresso depois de 1519), o *corpus* de textos em que assentava a biblioteca médica portuguesa que conhecemos até 1530 (ROSA, 2005b, p. 772; SILVA, 2010, p. 3). De facto, e ainda que, como vimos, os primeiros livros impressos sejam tendencialmente religiosos, não deixou de haver espaço para livros técnicos, como gramáticas, textos jurídicos ou médicos, como estes (SILVA, 2010, p. 4).

A tradução portuguesa terá surgido no contexto da peste negra que assolou Portugal entre 1480 e 1496,<sup>26</sup> servindo de guia para a

cura da doença (MACHADO, 2004, p. 23; 2012, p. 14), e está dividida em cinco partes em que se descrevem diferentes aspetos da peste, nomeadamente os seus sinais, causas, remédios, partes específicas do corpo e tratamento (MACHADO, 2004, p. 23-24; 2012, p. 14). Assim, no primeiro capítulo refere-se a existência de avisos divinos, premonições e indícios da doença; no segundo, as suas origens e causas; no terceiro explica-se a conduta a seguir para não se ser contagiado; no quarto há um foco claro no tratamento que deve ser seguido e nos remédios que devem ser prescritos; no quinto refere-se a sangria como o mensal tratamento a realizar (COSTA E SOUSA, 2005, p. 844-849; SILVA, 2010, p. 5-10; GUSMÃO, 1984, p. 34-36; CARVALHO, 2005, p. 860-864).

Podemos perguntar-nos que razão levou copistas e impressores, no estrangeiro como em Portugal, a reproduzir tanto um texto técnico sobre peste e a resposta é óbvia: dada a conjuntura de peste que grassava por muitos países, os opúsculos médicos com descrição de sintomas e remédios seriam muito procurados. Assim sendo, não foi por casualidade que o *Regimento* foi reproduzido: para além de ser um texto pequeno e passível de condensação em poucas folhas, permitindo uma impressão relativamente barata, implicava vendas garantidas – hoje considerá-lo-íamos um êxito editorial – e, conseqüentemente, lucro certo (ROQUE, 1979, p. 372). Assim sendo, não espanta que Valentim Fernandes, na sua oficina em Lisboa, tenha optado por imprimir um texto que, à partida, sabia que teria saída no mercado editorial da época sobretudo numa altura em que desfez a sociedade com Nicolau de Saxónia. De facto, no caso da edição da *Vita Christi*, este último parece ter sido o responsável direto pela impressão do texto, o que permite conjeturar que, na sociedade que partilhavam, Valentim Fernandes possuiria um papel mais próximo de editor, competindo a Nicolau de Saxónia a responsabilidade pela impressão das obras (ROQUE, 1979, p. 366-371). Ora, desfeita a sociedade, é possível que Valentim Fernandes tenha tido dificuldade em encontrar tipógrafos de qualidade, pelo que optar pela impressão de um texto que à partida garantia sucesso de vendas terá sido uma opção segura (ROQUE, 1979, p. 366-372).

Essa será muito provavelmente a razão pela qual este é um dos primeiros incunábulo impressos em Portugal. De facto, e ainda que a sua impressão não tenha uma data certa, terá sido talvez impresso antes de maio de 1497 (mais concretamente entre fins de

1495 e princípios de 1496), por causa do nome com que o impressor se identifica no incunábulo, das suas marcas tipográficas e da sua atividade tipográfica, depois de desfeita a associação com Nicolau de Saxónia (ROQUE, 1979, p. 355-374). Machado (2004, p. 22-23) recua um pouco mais, colocando a impressão entre o ano de chegada de Valentim Fernandes a Portugal (1493) e a morte de D. João II (1495). De facto, na primeira página do incunábulo encontram-se as armas do rei D. João II, que faleceu em 1495, o que coloca a impressão do texto antes desse acontecimento, já que uma edição posterior exigiria que se apresentassem as armas do rei sucessor, D. Manuel.

Já o nome do tradutor do texto não levanta grandes dúvidas. Terá sido frei Luís de Rás, provincial da Ordem dos Franciscanos em Lisboa (COSTA E SOUSA, 2005, p. 842), que foi professor catedrático de Filosofia Natural e lente de Véspera de Teologia na Universidade de Lisboa (ROQUE, 1979, p. 309, 305 ss; MACHADO, 2004, p. 22; MACHADO, 2012, p. 13-14). Não sabemos a razão pela qual este sacerdote se terá dedicado à tradução deste texto, nem se ele terá circulado sob a forma de manuscrito, dado não haver vestígios de uma edição sob este formato. Para além do mais, e de acordo com a investigação levada a cabo por Machado (2004) – que confronta os dados linguísticos do texto com os de outras obras impressas contemporâneas<sup>27</sup> –, é possível que a tradução tenha sido feita na mesma época da impressão do incunábulo (MACHADO, 2004, p. 24). Assim sendo, não haveria razão para subsistirem ou circularem testemunhos em formato manuscrito dessa tradução,<sup>28</sup> o que pode justificar a razão pela qual só tenham chegado até nós testemunhos impressos do *Regimento*. E mesmo esses são pouquíssimos exemplares, ao contrário do que sucedeu com a obra *Vita Christi*, também impressa por Valentim Fernandes.

Tal situação não é de estranhar se tivermos em conta que o incunábulo é muito pequeno – é composto por dez fólios, num total de vinte páginas impressas, com o tamanho de 185 x 120mm (ROSA et al., 2005b, p. 796; MACHADO, 2004, p. 23) – e possuía um fim eminentemente prático, o que provavelmente ditou o seu destino: manuseadas por inúmeras pessoas, na tentativa de encontrar resposta para os problemas de saúde pública, as impressões podem ter-se facilmente estragado e desaparecido.

Assim sendo, temos notícia de apenas dois testemunhos remanescentes de que conhecemos a localização: trata-se de um

exemplar que se encontra guardado na Biblioteca Pública de Évora (Inc. 210) e outro, pertencente à livraria do rei D. Manuel II, que se conserva no Paço Ducal de Vila Viçosa (MARTINS, 73). Há ainda declarações sobre a existência de uma terceira cópia, que estaria na Biblioteca Nacional de Madrid, e uma informação sobre um exemplar existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mas não tem sido possível localizá-los nos acervos destas instituições, pelo que não se sabe ao certo se existem ou não (ROQUE, 1979, p. 350-351; ROSA et al., 2005, p. 796-797; MACHADO, 2004, p. 23; CID, 1988, p. 60).

Para além desses testemunhos, há depois variadas reedições tardias da obra, a primeira das quais do séc. XIX (SILVA, 2010, p. 5; ROSA et al., 2005, p. 796-797; ANSELMO, 1981, p. 458), encontrando-se algumas se encontram disponíveis online. Trata-se das edições de Cordeiro (1899), Jorge (1935),<sup>29</sup> Correia (1961) – edição fac-similada, Pegado e Peixoto (1962) – edição também fac-similada, Roque (1979) – reprodução fototípica do incunábulo (p. 419-438), Silva (1991), Rosa et al. (2005) – inclui uma edição fac-similada,<sup>30</sup> Rosa (2005a) – edição semidiplomática e edição atualizada,<sup>31</sup> Machado (2004) – edição semidiplomática – e (2010) – reprodução anastática<sup>32</sup> e Grillo (s.d.).

Todas essas edições tardias levam-nos a pensar que este texto, embora pequeno e pouco representado, na sua tradução portuguesa, não deixa de levantar muito interesse, o que, em nosso entender, se deve ao facto de ser um dos primeiros textos de foro médico que se conhecem em Portugal.

#### CONCLUSÃO

Nos primórdios da impressão, sabemos que os textos religiosos foram os preferidos dos impressores, pelo interesse que despertavam junto do público leitor. Contudo, outras tipologias de textos foram também escolhidas para divulgar na sua forma impressa, derivadas não apenas do interesse que outros assuntos – jurídicos, medicinais, etc. – despertavam, mas também das ajudas pecuniárias que os impressores recebiam para imprimirem determinado texto. No conjunto de textos impressos que se conhecem em Portugal, interessou-nos o pequeno grupo de incunábulo que testemunham o nascimento da tipografia portuguesa. E desses, procurámos investigar

os que traduzem textos latinos e que são apenas dois.

No caso da *Vita Christi*, sabemos que estamos perante um texto que se integra no conjunto de textos que mais impressões gerou no início da indústria tipográfica – os textos de foro religioso – e que suscitou o interesse da rainha D. Leonor, que encomendou e pagou a suas expensas a impressão da obra. Tal situação não é estranha, dado que o patrocínio de livros impressos pela Igreja ou membros abastados da sociedade era uma prática comum, como vimos. E, nesse caso, o interesse da rainha justifica-se pelo enorme sucesso que a obra junto do público de diversos países.

Já o *Regimento proveitoso contra a pestenença* faz parte do conjunto de livros técnicos que foi ganhando progressivamente terreno no mundo editorial, à medida que a imprensa se ia propagando, e terá suscitado interesse devido às circunstâncias de saúde pública que se verificavam à época em Portugal, dada a propagação da peste pelo país.

Em ambos os casos, os incunábulos são provenientes da oficina tipográfica de Valentim Fernandes, em Lisboa, que parece ter tido intuítos diferentes a nível da impressão das duas obras. De facto, se no caso da *Vita Christi* respondeu a uma encomenda que contou com o alto patrocínio da rainha, na impressão do *Regimento* parece ter sido movido pela necessidade de produzir um texto com garantias de vendas, como vimos. De igual forma, também é diferente o acervo que possuímos de cada um dos incunábulos. No caso da *Vita Christi*, existem variadas cópias impressas, tanto em Portugal como no estrangeiro, situação que não se repete com o *Regimento proveitoso contra a pestenença*, de que restam apenas dois testemunhos localizados. Essa situação pode relacionar-se com a finalidade dos incunábulos: se o primeiro era uma obra de devoção e estaria predominantemente em casa, o segundo possuía um fim eminentemente prático, não se estranhando a sua circulação de mão em mão, o que pode ter facilitado o seu desaparecimento.

O certo, nos dois casos, é que estamos perante os dois únicos textos traduzidos do latim que conheceram a impressão incunabular, situação que nos leva a considerar que a tradução de textos latinos, tão comum na Idade Média, não ocupa lugar de destaque nos primórdios da impressão em Portugal, ainda que haja marcas de que, dentro deste grupo restrito de traduções, há textos considerados relevantes para conhecerem a fortuna da impressão e da divulgação editorial mais alargada.

ABSTRACT

The Editions of Translated Texts in the Beginning of the Printing Era in Portugal

With this investigation we intend to analyze some aspects of medieval Portuguese translations, particularly with regard to the translated texts that were printed at the dawn of the Portuguese typography. At this level, we will try to make a brief analysis on the appearance of typography in Portugal and the translation of Latin texts. Afterwards, we will analyze the remaining testimonies of the texts that were printed in the form of incunabula in the xvth century.

KEYWORDS

Translation; Middle Ages, latin; portuguese, incunabula.

NOTAS

<sup>1</sup> Ver Jüsten (2006) para uma listagem desses exemplares, que compreendem documentos e livros impressos em Português, Latim e Castelhana. Machado (2012a, 5-6) elabora uma lista mais restrita, referindo-se apenas aos livros em português. Já Mendes (1993, 326) refere também edições em hebraico.

<sup>2</sup> Note-se, a esse nível, que chegamos até a assistir ao movimento de cópia manuscrita de livros impressos, ainda que tal seja raro (BUESCU, 1999, p. 20-21).

<sup>3</sup> WILKINSON, 2010, p. XVIII-xix; ANSELMO, 1991, 98-99. Os livros impressos estão sobretudo ligados à religião, jurisprudência e literatura. Segundo Anselmo (1979; 1980, p. 167), mais de dois terços dos incunábulos do mundo são em Latim e desses, cerca de metade está ligado a assuntos religiosos, não se sobrepondo à religião, como se chegou a aventar, o interesse pelo mundo greco-latino (MACHADO, 2012b, p. 19-20).

<sup>4</sup> Como hoje, “a escolha das obras era orientada pela lei da oferta e da procura” (ANSELMO, 1991, p. 99).

<sup>5</sup> A necessidade de traduzir também se verificou a nível de idiomas como o grego, o hebraico ou outras línguas vernáculas (castelhano, francês, etc.), pelo que surgem também traduções nessas línguas.

<sup>6</sup> DÍAZ DE BUSTAMANTE, 1993, p. 633-634; FERNÁNDEZ SÁNCHEZ; SABIO PINILLA, 1998, p. 24.

<sup>7</sup> Há notícias de textos que sabemos terem existido (pela sua menção em inventários de livrarias régias, por exemplo), mas que, nunca tendo sido copiados ou impressos, acabaram por desaparecer ou foram descobertos e objeto de estudo e impressão já em séculos mais tardios (BUESCU, 1999, p. 23-27).

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/09416b.htm>>. Último acesso em: 29 nov. 2015.

<sup>9</sup> Disponível em: <[http://books.google.fr/books?id=dTk8AAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=Ludolphus+de+saxonia&source=bl&ots=FnpNbojiBU&sig=N7B-Jhnyd7cYFwawzkSFtKbqsVY&hl=fr&ei=H2BoS4-SLsjY4ga9rdHXCA&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=9&ved=0CBsQ6AEwCA#v=onepage&q=&f=false](http://books.google.fr/books?id=dTk8AAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=Ludolphus+de+saxonia&source=bl&ots=FnpNbojiBU&sig=N7B-Jhnyd7cYFwawzkSFtKbqsVY&hl=fr&ei=H2BoS4-SLsjY4ga9rdHXCA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=9&ved=0CBsQ6AEwCA#v=onepage&q=&f=false)>. Último acesso em: 29 nov. 2015.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://molcat1.bl.uk/illcat/record.asp?MSID=1719&CollID=20&NStart=103>>. Último acesso em: 29 nov. 2015.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://obelix.iperbole.bologna.it/archiginnasio/gallerie/vetrina4.htm>>. Último acesso em: 29 nov. 2015.

<sup>12</sup> Disponível em: <[http://opc4.kb.nl/DB=1/FKT=1016/FRM=vita%2Bchristi/IMPLAND=Y/LNG=NE/LRSET=1/SET=1/SID=ab6a3ace-461/SRT=YOP/TTL=1/XSLBASE=http%253A%252F%252Fopc4imgbase.kb.nl%253A80%252Foclc\\_gui/XSLFILE=%25253Fid%25253D\\$c%252526db%25253D\\$d/>](http://opc4.kb.nl/DB=1/FKT=1016/FRM=vita%2Bchristi/IMPLAND=Y/LNG=NE/LRSET=1/SET=1/SID=ab6a3ace-461/SRT=YOP/TTL=1/XSLBASE=http%253A%252F%252Fopc4imgbase.kb.nl%253A80%252Foclc_gui/XSLFILE=%25253Fid%25253D$c%252526db%25253D$d/>)>. Último acesso em: 29 nov. 2015.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=http%3A%2F%2Ffondotesis.us.es%2Ffondos%2Flibros%2F196%2F>>. Último acesso em: 29 nov. 2015.

<sup>14</sup> Conforme consta no códice alcobacense 274/451.

<sup>15</sup> Bitagap, manid 6122.

<sup>16</sup> Ver Anselmo (1991, 112-114) sobre o mecenato de D. Leonor, muito dedicada

tanto ao mecenato de livros de âmbito religioso, como às obras de misericórdia.

<sup>17</sup> Bitagap, copid 1209.

<sup>18</sup> Bitagap, copid 1050.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://dpg.lib.berkeley.edu/webdb/incunabula/full?pid=458>>. Último acesso em: 29 nov. 2015.

<sup>20</sup> Como as de Magne e Moreira (1957-68), Piel (1942), Burnam (1912-25), Ferreira (2012).

<sup>21</sup> Ver, a título exemplificativo, os estudos de Nascimento (2001; 1999), Anselmo (1997), Dias (1995), Martins (1956), Silva (2003), (2006; 2009), Anselmo (1981, p. 442-448).

<sup>22</sup> “D. Kamitus, bispo da cidade de Arosia, do reino da Dácia”.

<sup>23</sup> Note-se que, na altura a noção de propriedade intelectual não existia, pelo que não podemos afirmar que estamos perante uma situação de plágio como hoje a encaramos.

<sup>24</sup> Disponível em: <[http://alfama.sim.ucm.es/dioscorides/consulta\\_libro.asp?ref=X531440175&idioma=0](http://alfama.sim.ucm.es/dioscorides/consulta_libro.asp?ref=X531440175&idioma=0)>. Último acesso em: 29 nov. 2015.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.gla.ac.uk/services/incunabula/a-zofauthorsa-j/jacobijohannesregimencontrapestilen tiamantwerpca1486-87/>>. Último acesso em: 29 nov. 2015.

<sup>26</sup> Sousa e Costa (2005, p. 842) referem que é possível que a pestilência referida se relacione com uma de oito doenças diferentes (algumas provenientes de África) que se propagaram na Idade Média em Portugal e que dizimaram grande parte da população – peste bubónica, tuberculose, epilepsia, sarna, erisipela, antraz, tracoma e lepra –, havendo assim grande interesse em tudo o que pudesse auxiliar na sua cura.

<sup>27</sup> Segundo o investigador, foram usadas as obras *Sacramental* (1488), *Tratado de confissom* (1489) e *Constituições de D. Diogo de Sousa* (1497).

<sup>28</sup> Note-se, contudo, que o texto original data do final do séc. XIV, o que permite alvitrar a hipótese de ter circulado algum manuscrito em Portugal na sua língua original ou em alguma tradução que desconhecemos, dado que a peste assolava o país há vários anos quando o texto foi impresso por Valentim Fernandes. Ver SILVA, 2010, p. 3-4.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://purl.pt/15020>>. Último acesso em: <29 nov. 2015>.

<sup>30</sup> Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702005000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000300009&lng=en&nrm=iso)> e [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702005000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000300010)>. Último acesso em: <29 nov. 2015>.

<sup>31</sup> Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000300011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000300011&script=sci_arttext)>. Último acesso em: <29 nov. 2015>.

<sup>32</sup> Disponível em: <[https://books.google.pt/books?id=QXt2AgAAQBAJ&pg=PA181&lpg=PA181&dq=machado+%22Regimento+Proueytoso+contra+ha+Pestenen%C3%A7a%22&source=bl&ots=baMMx3AuGm&sig=t\\_OHxwAvF1nUPD1EEGwhngYqtvk&hl=pt-PT&sa=X&ei=7QzRVM-iB8H\\_Up7ggMgM&ved=0CDQQ6AEwAw#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=QXt2AgAAQBAJ&pg=PA181&lpg=PA181&dq=machado+%22Regimento+Proueytoso+contra+ha+Pestenen%C3%A7a%22&source=bl&ots=baMMx3AuGm&sig=t_OHxwAvF1nUPD1EEGwhngYqtvk&hl=pt-PT&sa=X&ei=7QzRVM-iB8H_Up7ggMgM&ved=0CDQQ6AEwAw#v=onepage&q&f=false)>. Último acesso em: <29 nov. 2015>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSELMO, A. Incunábulos portugueses em Latim (1494-1500). **Humanitas**, 31/32, 1979/1980. 167-196.

\_\_\_\_\_. **Origens da imprensa em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1981.

\_\_\_\_\_. Tipografia e filologia: a edição da *Vita Christi* impressa em Lisboa (1495) por Valentim Fernandes. In: ANSELMO, A. **Estudos de história do livro**. Lisboa: Guimarães Editores, 1997. p. 59-64.

**BITAGAP**: Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses. Disponível em: <[http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap\\_po.html](http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap_po.html)>. Último acesso em: 11 nov. 2015.

BUESCU, A.I. Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem. **Penélope**. n. 21, 1999. Disponível em: <[dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2655613.pdf](http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2655613.pdf)>. Último acesso em: 11 nov. 2015.

BURNAM, J.M. **Palaeographia Iberica**: fac-Similés de manuscrits espagnols et portugais (IX<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles) avec notices et transcriptions 2. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1912-25.

CARVALHO, D.M. O regimento contra a pestilência e a receita do bálsamo: alguns comentários à luz da ‘medicina científica’. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos. n. 12.3, 2005, p. 853-867.

CID, I. **Incunábulos da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora**: Catálogo Abreviado. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 1988.

CONWAY, C.A. **The Vita Christi of Ludolph of Saxony and Late Medieval Devotion Centred on the Incarnation**: a descriptive analysis. Salzburg: s.n., 1976.

CORDEIRO, L. **RAMINTO, Dom, ? 14—**. **Regimento proveitoso contra a pestenença**: reedição d’um opusculo rarissimo da Biblioteca d’Evora. Lisboa: Typ. Rua da Darroca, 1899.

CORREIA, F.S. Regimento proveitoso contra a pestenença. **Separata do Boletim Clínico dos Hospitais Cívicos de Lisboa**. A., n. 24, 1961, p. 339-363.

DIAS, J.J.A. (Coord.) **No quinto centenário da Vita Christi**: os primeiros impressores alemães em Portugal. Lisboa: Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.

DÍAZ DE BUSTAMANTE, J.M. Traduções. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.) **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993. p. 632-634.

FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, M.M.; SABIO PINILLA, J.A. Tradición clásica y reflexiones sobre la traducción en la Corte de Aviz. **TRANS**: revista de traductología. n. 3, 1998, p. 23-36.

FERREIRA, M.J. A edição semi-paleográfica da versão portuguesa do “Vita Christi” (1495) usando as técnicas do Hispanic Seminary of Medieval Studies. In: LOBO, Tânia C.F. (Dir.). **ROSAE**: linguística histórica, histórias da línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 543-554.

FURLAN, M. Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente: II. Idade Média. **Cadernos de Tradução**. n. 12, 2005, p. 9-28.

GRILLO, S. **Breve e utile trattato per conservarsi contro la peste**. Disponível em <[http://www.salvatoregrillo.com/salvatoregrillo.com/EXLIBRIS\\_files/De%20Almeida\\_Regimento%20proueytoso%20contra%20la%20pestilenc%CC%A7a\\_portoghese.pdf](http://www.salvatoregrillo.com/salvatoregrillo.com/EXLIBRIS_files/De%20Almeida_Regimento%20proueytoso%20contra%20la%20pestilenc%CC%A7a_portoghese.pdf)>. Último acesso em: 11 nov. 2015.

GUSMÃO, P. Ideias sobre a peste negra. **Humanidades: Revista Trimestral da AEFLUP**. n. 4, 1984, p. 27-36.

JORGE, R. Regimento proveitoso contra ha pestenença : Lisboa, Valentim Fernandes, 1496. **Revista Clínica, Higiene e Hidrologia**. n. 1, 1935. Disponível em: <<http://purl.pt/15020>>. Último acesso em: 11 nov. 2015.

JÜSTEN, H.M. **Incunábulos e post-incunábulos portugueses (ca. 1488 – 1518)**. Diss. Dout. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2006.

LORENZO, R. Vita Christi. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.) **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993. p. 684-686.

MACHADO, J.B. Edição semidiplomática do “Regimento proueytoso contra ha pestenença”. **Revista de Letras**. n. 3, série II, 2004, p. 21-42.

\_\_\_\_\_. **Regimento proveitoso contra a pestenença**. Braga: Edições Vercial, 2010.

\_\_\_\_\_. A imprensa e a tradução como fatores de mudança na língua e na cultura portuguesas do século XV. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de língua e cultura portuguesas: séculos XIV, XV e XVI**. Braga: Ed. Vercial, 2012a. p. 5-18.

\_\_\_\_\_. Os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de língua e cultura portuguesas: séculos XIV, XV e XVI**. Braga: Edições Vercial, 2012b. p. 19-29.

MAGNE, A.; MOREIRA, T.M. **O livro de Vita Christi em linguagem português**: edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495 cotejado com os apógrafos. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura Casa de Rui Barbosa, 1957-68.

MARQUILHAS, R. Tipografia. In: LANCIANI, G. e TAVANI, G. (org.) **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993. p. 624-627.

MARTINS, M. A versão portuguesa da ‘Vita Christi’ e os seus problemas. In: MARTINS, M. **Estudos de literatura medieval**. Braga: Livraria Cruz, 1956. p. 105-110.

MENDES, M.V.S. Incunábulos. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.) **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993. p. 324-326.

NASCIMENTO, A.A. A tradução portuguesa da Vita Christi de Ludolfo da Saxónia: obra de príncipes em ‘serviço de Nosso Senhor e proveito comum’. **Didaskalia**. n. 29, 1999, p. 563-587.

\_\_\_\_\_. A Vita Christi de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável. **Euphrosyne**. n. 29, 2001, p. 125-142.

- PEGADO, C.; PEIXOTO, J. **Regimento proueytoso contra ha pestenença**. Porto: Livraria Civilização, 1962.
- PIEL, J.M. **Leal conselheiro o qual fez Dom Eduarte**: edição crítica e anotada. Lisboa: Livraria Bertrand, 1942.
- ROQUE, M.C. **As pestes medievais europeias e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”**: Lisboa, Valentim Fernandes [1495-1496]: Tentativa de Interpretação à Luz dos Conhecimentos Pestológicos Actuais. Paris: FCG, 1979.
- ROSA, M.C. Edição semidiplomática/edição atualizada: Regimento proueytoso contra ha pestenença. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos. v. 12.3, 2005a, p. 801-820.
- \_\_\_\_\_. Regimento proueytoso contra ha pestenença: edição semidiplomática/Regimento proveitoso contra a pestenença: edição atualizada. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos. n. 12.3, 2005a, p. 801-820.
- \_\_\_\_\_. Em torno de dois textos médicos antigos. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos. n. 12.3, 2005b, p. 771-774.
- ROSA, M.C.; CARVALHO, D.M.; TEIXEIRA, D.M. Regimento proueytoso e *modus curandi*: edição dos textos. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos. n. 12.3, 2005, p. 775-800.
- SILVA, E.M.B. Entre Decifrar e traduzir: constituição de uma retórica de decifração na versão portuguesa da *DE VITA CHRISTI* de Ludolfo de Saxónia. In: MORAIS, A.P. et al. (Dir.). Da decifração em textos medievais. **IV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval**. Lisboa: Colibri, 2003. p. 179-197.
- \_\_\_\_\_. **A fortuna da “Vita Christi” no Medievo em Portugal**: pensar a espiritualidade à luz da tradução. Coimbra: Alma Azul, 2006.
- \_\_\_\_\_. Para uma leitura crítica da parte primeira da tradução portuguesa da ‘Vita Christi’ de Ludolfo, o cartuxano. In: CAÑAS MURILLO, Jesús et al. (Dir.). **Medievalismo en Extremadura**: estudios sobre literatura y cultura hispánicas de la Edad Media. Cáceres: Univ. Extremadura, 2009. 635-647.
- SILVA, M.F. **Edición crítica del “Regimento proueytoso contra ha pestenença” (¿1496-1500?)**. Madrid: Univ. Complutense de Madrid, 1991.
- SILVA, M.T.S. Uma leitura do “Regimento proueytoso contra la pestenença”. In: **Anais do xx Encontro Regional de História: História e Liberdade**. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 6-10 de setembro, 2010. 1-12. Disponível em: <[http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/st21\\_xx\\_prog.htm](http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/st21_xx_prog.htm)> ou <[http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/autores\\_artigos.html](http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/autores_artigos.html)>. Último acesso em: 11 nov. 2015.
- SIMÕES, M.; Duarte, Dom. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.) **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993. p. 222-223.
- SOUSA, J.P.; COSTA, R. Regimento proveitoso contra a pestilência (c. 1496): uma apresentação. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos. n. 12.3, 2005, p. 841-851.
- WILKINSON, Alexander S. **Iberian Books**: Books Published in Spanish or Portuguese or on the Iberian Peninsula Before 1601. Leiden: Brill, 2010.